



# A PSICOLOGIA DO ESPORTE E OS IMPACTOS DO RACISMO NA SUBJETIVIDADE DO JOGADOR DE FUTEBOL NEGRO

## SPORT PSYCHOLOGY AND THE IMPACTS OF RACISM ON THE SUBJECTIVITY OF THE BLACK SOCCER PLAYER

Fábio Henrique Alves da Silva<sup>1</sup>  
Paula Ângela Figueiredo e Paula<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A história do negro no Brasil e no mundo é marcada por episódios de lutas por reconhecimento, respeito e igualdade de direitos. As consequências dos 300 anos de escravidão no Brasil (1550-1888), atingiu diversas esferas do contexto social, fazendo com que o negro tenha até hoje dificuldades na ascensão social e econômica. Como temos visto ao longo dos anos sucessivos casos de racismo no esporte em todo o mundo, colocamos em xeque a ideia de que há uma democracia racial nesse campo, quando se alega que os atletas se projetam por causa de seus méritos e pelo próprio esforço. Como o futebol é o esporte que mais converge o sentimento de nacionalismo em nosso país, a presente pesquisa realizou uma revisão bibliográfica para investigar como o racismo estrutural afeta a subjetividade dos negros que trabalham com o futebol. Descobrimos que os negros encontram espaços como atletas, por causa de suas qualidades físicas, técnicas e táticas, mas que como árbitros, treinadores e gestores sua participação é mínima. A pesquisa revelou também que a própria Psicologia enquanto ciência e profissão demorou muito a se pronunciar sobre o racismo pois foi só em 2017 que o Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) lançou uma cartilha sobre as relações étnico-raciais. Também as comissões de Psicologia do Esporte (PE) empreendidas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, só conseguiram lançar uma “Revista Diálogos” em PE em 2018 e em 2019 uma cartilha sobre “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em políticas públicas de esporte”. Entretanto nenhuma dessas publicações discutem a questão do racismo em especial. Além disso, observamos de acordo com Myotin (2018) que a maioria do conhecimento produzido em PE não advém das faculdades de psicologia e sim das escolas de educação física, que obviamente se dedicam aos estudos sobre a melhoria da performance dos atletas. Apresentamos políticas afirmativas que visam democratizar a participação de pessoas pretas no comando do Esporte e pensamos uma PE orientada eticamente para ser antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Futebol; Racismo; Psicologia do esporte.

**ABSTRACT:** The history of black people in Brazil and in the world is marked by episodes of struggles for recognition, respect and equal rights. The consequences of the 300 years of slavery in Brazil (1550-1888), reached different spheres of the social context, making the black person still have difficulties in the social and economic ascension. As we have seen over the years successive cases of racism in sport around the world, we have challenged the idea that there is a racial democracy in this field, when it is claimed that athletes project themselves because of their merits and by their own efforts. As soccer is the sport that most converges the feeling of nationalism in our country, this research carried out a bibliographic review to investigate how structural racism affects the subjectivity of black people who work with soccer. We found that blacks find spaces as athletes, because of their physical, technical and tactical qualities, but that as referees, coaches and managers their participation is minimal. The survey also revealed that Psychology itself as a science and profession took a long time to comment on racism because it was only in 2017 that the Psychology and Public Policy Reference Center (CREPOP) launched a booklet on race relations. Also the Sport Psychology (PE) commissions undertaken by the Regional Psychological Councils, only managed to launch a “Revista Diálogo” in PE in 2018 and in 2019 a booklet on “Technical references for the performance of psychologists in public sport policies”. However, none of these publications discuss the issue of racism in particular. In addition, we observed according to Myotin (2018) that most of the knowledge produced in PE does not come from the faculties of psychology, but from the physical education schools, which are obviously dedicated to studies on improving the performance of athletes. We present affirmative policies that aim to democratize the participation of black people in the command of Sport and we think of an EP that is ethically oriented to be anti-racist.

**KEYWORDS:** Soccer; Racism; Psychology of sport.

---

<sup>1</sup> Psicólogo formado pela PUC Minas Gerais Betim. fabbioalves@outlook.com.

<sup>2</sup> Professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, doutora em Psicologia Social, mestre em treinamento esportivo e graduada em Psicologia pela PUC Minas Betim. pauladepaula@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

De acordo com Luccas (1998, p.43) “o futebol é, e sempre foi, um espelho no qual estão refletidas as formas pelas quais as relações sociais se estabelecem”, ou seja, ele é um fato social e não se resume a uma prática de lazer ou de entretenimento. O futebol profissional é um trabalho onde alguns negros ganham visibilidade, conquistam altos salários e viram celebridades. Embora os atletas se projetem socialmente não temos uma estatística favorável de negros no comando do esporte. Além disso, cada vez mais temos visto a mídia apresentar casos de racismo no esporte no Brasil e em todo o mundo, abalando a ideia meritocrática de que atletas sobem na carreira a partir de seus esforços e competência.

Nossa pesquisa usou da revisão bibliográfica como metodologia, utilizando de livros, sites, revistas, notícias, entrevistas e cartilhas publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia sobre a Psicologia do Esporte e sobre relações raciais. O objetivo foi o de entender as bases do racismo estrutural na sociedade como um todo e especialmente no futebol, que é o esporte mais popular do mundo e sempre caracterizou a identidade nacional do brasileiro.

No esporte de uma maneira geral, vimos que o negro apenas tem sido valorizado nos campos por causa de seus atributos físicos e qualidade técnica, mas ser preterido em situações de comando de tensão e disputa, onde brancos são escolhidos e mais valorizados, como se intelectualmente os negros fossem menos capazes. A segregação desses lugares evidencia o preconceito que coloca a pessoa em situação de inferioridade, debilidade e sofrimento, bem mostrado no filme “Green Book”, referência ao guia de viagem que indicava para os afro-americanos os hotéis e restaurantes em que seriam aceitos, durante os anos de segregação nos EUA. A história é baseada na vida do pianista Don Shirley, um músico sofisticado, que encontra na arrogância, a defesa contra o tratamento racista que recebe da sociedade, que embora reconheça e desfrute de seu talento, não o aceita em seus salões.

De acordo com Souza (2017) a desigualdade social no Brasil está muito atrelada à questão étnico-racial. Uma herança da escravidão particularmente sentida até os dias atuais é a naturalização dessa desigualdade. O conceito de democracia racial retira a escravidão da ótica da dominação pelo branco da elite econômica, escamoteando o preconceito e o racismo. Assim fica subentendido que há uma relação harmônica entre os diversos grupos étnicos que formam nossa gente. No esporte tem-se a tendência de minimizar expressões de racismo dizendo que é brincadeira, que a intenção não era de agredir o outro. Entretanto temos visto jogadores sendo chamados de ‘macaco’, tendo sua subjetividade rebaixada a uma posição de animalidade.

Em uma entrevista realizada no ano de 2017 para Breiller Pires, colunista do El País, Marcelo Carvalho afirma que as campanhas não tem muitos efeitos para barrar o preconceito racial que está cada vez mais velado. Em sua opinião, tudo continua assim porque há falta de investigação e punição para quem tem esse tipo de conduta preconceituosa dentro do campo. Nesta entrevista Marcelo Carvalho, diz que nunca viu um dirigente da CBF condenar um ato de racismo no futebol.

Como raramente as pessoas são punidas por ofensas racistas, há uma inibição das vítimas que não se sentem encorajadas a denunciarem. “Ainda permanece a ideia de que, no futebol, vale tudo. E de que a hostilidade preconceituosa ‘faz parte do jogo’, encarando o racismo como algo aceitável”, analisa Marcel Diego Tonini, historiador e cientista social da Universidade de São Paulo. (PIRES, 2017).

Ex-atletas de futebol costumam seguir carreiras dentro dos clubes de futebol, seja como executivo, treinador, comissão técnica, dentre outros. Porém no cenário dos grandes clubes brasileiros, se observa que existe poucos negros nestes cargos. Skolaude (2015, p.115) pergunta em seu texto se poderíamos interpretar está triste realidade como uma forma velada de racismo nos clubes brasileiros e nós lhe respondemos que sim. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, há uma discriminação institucional que é caracterizada por um conjunto de ações racistas no contexto organizacional ou da sociedade como um todo, que “tem impacto diferencial e negativo em membros de um grupo determinado.” (CFP, 2017, p.111). Vemos o exemplo disso nas escassas oportunidades de qualificação para empregados negros, de maneira que eles não têm acesso a experiências que podem leva-los a um progresso na carreira. As oportunidades na nossa sociedade não são iguais, quebrando a ideia de meritocracia, deixando o negro sem recursos para ser competitivo para cargos de expressão.

Nos dividimos nosso texto em quatro itens. O primeiro versa sobre a constituição do racismo no Brasil e sua peculiaridade dentro de um país de capitalismo periférico, mostrando o quanto a herança da escravidão tem determinado a subalternidade do negro em relação ao branco da elite econômica em todas as áreas da cultura, inclusive no esporte. O segundo é sobre a história do Futebol e o racismo que é vivido pelos atletas pretos, embora o esporte sempre se colocou como um campo neutro quanto a política. O terceiro é sobre a identidade étnico-racial e o sofrimento psíquico que o racismo causa na subjetividade do atleta, bem como as formas individuais e coletivas de lidar com ele. De acordo com Luccas (1998), as relações promovidas pelo futebol funcionam como uma caixa de ressonância de todas as desigualdades sociais e reflete o que acontece em cada momento histórico. E por fim o último item trata da defesa de uma psicologia do esporte antirracista, orientada pelas produções do

CREPOP/CFP. A cartilha do CFP traz contribuições relevantes para atuação do Psicólogo, contudo, ainda é preciso pensar uma clínica para a Psicologia do Esporte que enxergue os impactos do preconceito sofrido para além de um mero sofrimento subjetivo. Para isso, é necessário que a PE dialogue com todas as áreas de ciências humanas, objetivando ser capaz de atender o atleta negro que sofre os impactos do racismo, ao mesmo tempo que se deve estender a clínica à uma militância apaixonada contra toda forma de dominação.

## **A CONSTRUÇÃO DO RACISMO NO BRASIL**

A população brasileira, no início do século XIX, era de 3.818.000 pessoas, dentre elas 1.930.000 eram escravas. Existia lugares no Brasil em que o número de escravos era superior ao de pessoas livres. Por volta de 1872, em Campinas, interior de São Paulo a população livre era de 8.281 enquanto a escrava era 13.685 pessoas. Já no estado do Rio de Janeiro, a população de origem africana representava setenta por cento do número de habitantes. (ALBUQUERQUE; 2006, p.66).

Segundo Albuquerque e Filho (2006, p.68) “a escravidão foi muito mais do que um sistema econômico”, ela modelou uma sociedade com condutas favoráveis a desigualdades sociais e raciais. Cada indivíduo foi ocupando seu espaço, existia quem mandava e quem obedecia. Os escravos eram o grupo mais oprimido da sociedade brasileira, os mesmos não tinham nenhum direito, não podiam firmar contratos, possuir bens materiais e nem testemunhar contra casos de maus tratos. Era impossível escolher também o tipo de trabalho e o seu contratante. Ainda segundo o autor, “Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos” (p.68).

A sociedade se torna afirmativamente racista, já que os negros e mestiços, escravos, libertos e livres eram diminuídos em relação aos brancos. Dado toda essa contextualização, notamos na história que o racismo nasce a partir do tráfico negreiro e escravidão. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p.68)

Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.68).

Ainda seguindo a ideia do autor, a falta de direitos e a opressão social se mostra quando mesmo com um código favorável aos escravos, eles não possuíam poder al-

gum. Apesar da legislação colonial permitir que escravos e livres denunciassem senhores cruéis às autoridades civis ou eclesiásticas, pouquíssimos senhores responderam perante os juízes por acusações de crueldade contra escravos. A maioria dos acusados terminou perdoada ou absolvida por juízes que, em geral, pertenciam à mesma classe dos senhores. (ALBUQUERQUE; 2006, p.68).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 1995 a 2005, mostram que a situação social do negro no Brasil é terrível, seja quanto a expectativa de vida, seja quanto as condições materiais que reproduzem sua subalternidade se compararmos com os brancos os índices de escolaridade, empregabilidade, vulnerabilidade social, entre outros.

## A HISTÓRIA DO FUTEBOL NO BRASIL E O RACISMO

De acordo com Maximo (1999, p. 183), o futebol no Brasil teve vários significados ao longo dos tempos. Ele já foi um passatempo da elite branca, foi “elemento de integração, paixão popular, profissão, meio de afirmação nacional, instrumento político, uma arte brasileira e finalmente um negócio milionário e global dentro do qual o Brasil representa importante papel”.

A história oficial do futebol começa com a importância de Charles Miller, nascido em São Paulo no ano de 1874 e filho de pais com nacionalidade inglesa e escocesa, que foi ainda criança estudar na Inglaterra. Ele voltou aos vinte anos em 1894 (depois de ter tido experiência como jogador de futebol nas escolas inglesas pelas quais passou), transportando dois uniformes completos, uma bomba de ar, uma agulha e um pequeno livro contendo as regras básicas – tais como haviam sido definidas poucos anos antes pela Federação Inglesa. Durante toda sua vida, ele se dedicou ao futebol de forma calorosa, foi jogador e arbitro, até vir à óbito no ano de 1953, quando estava com 79 anos de idade. (LUCCAS, 1998, pp.34-35)

Segundo Luccas (1998, p. 37), “o futebol nasce elitista e racista em 1894, seis anos após a Abolição da Escravatura”, porque os únicos brasileiros que podiam participar eram os estudantes do College Mackenzine e seus familiares ingleses. Luccas alega que depois que o alemão Hans Nobiling organizou um time de futebol, a exclusividade dos britânicos foi rompida, surgindo gradualmente outros clubes de futebol no Brasil. No primeiro Campeonato Paulista em 1902, participaram cinco clubes, mas as equipes eram formadas por pessoas da elite paulista sem a participação de nenhum negro.

Com a popularização do futebol e o crescimento de campeonatos e clubes, alguns deles formaram seus times com a participação de negros, mulatos e pessoas do povo que traba-

lhavam nas fabricas, visando maior competitividade. (LUCCAS,1998, p38). Essa atitude não foi aceita de modo tranquilo e o Vasco da Gama do Rio de Janeiro por exemplo, quase foi penalizado com a exclusão do campeonato carioca por conquistar o título de 1920, com diversos jogadores negros no elenco (MAXIMO,1998).

Outros times no Rio de Janeiro tais como o América e o Bangu, também incluíram jogadores negros em seus plantéis e no estado de São Paulo, o Corinthians tinha em seu elenco jogadores negros e de origem popular. Saindo do eixo Rio-São Paulo, as eram mais complicadas como por exemplo em Porto Alegre onde o Grêmio Porto-Alegrense proibia em seus estatutos que negros vestissem sua camisa. “Essa proibição que só caducaria nos anos 50” (MAXIMO,1999, p.184).

Por causa dessa proibição, em 1910 os jogadores negros do Rio Grande do Sul/Brasil, como forma política de se manifestarem-se contra o racismo, criariam uma liga própria, nomeada de Liga da Canela Preta, “que formou times poderosos, com destaque para Primavera, Palmeiras, Primeiro de Novembro e Rio-Grandense (SKOLAUDE, 2015, p. 115).

Em 1933 o futebol se tornou oficialmente uma profissão, porque muitos jogadores brasileiros iam jogar no exterior e isso já incluía negros e jogadores de origem popular. De acordo com Pimenta, citado por Luccas (1998, p.38), os clubes passaram a ser dirigidos por negociantes de grandes indústrias, que davam oportunidade ao trabalhador e ao jogador de futebol ter salários expressivos, uma renda extra e reconhecimento.

Para Maximo (1999, p. 185), “no Brasil, estranho que pareça, o avanço profissionalista teve como causa uma ideia conservadora”. Esse regime teve uma aceitação maior de times de elite, que tinham seus elencos formados por sócio atletas, e que possuíam o direito de ir para sede dos clubes. E estes mesmos clubes, sofriam ameaças de exclusão em campeonatos por não possuírem jogadores negros em seus elencos. Profissionalizando o futebol, as equipes poderiam contratar jogadores de qualquer raça, classe social sem precisar sujar o círculo social do clube, quando se rejeita um jogador por sua cor ou condição social. “Não foi por acaso que as elites do Fluminense e do São Paulo estavam entre os líderes do movimento profissionalista” (MAXIMO, 1999, p. 185).

A independência estrutural e institucional que está significada no futebol é falseadora e encobridora das relações de nepotismo, favorecimentos políticos, má administração do dinheiro e corrupção que envolvem o esporte, da mesma forma como envolvem outras instituições sociais. Neste momento de transformações estruturais pelas quais passa o futebol é bastante paradigmática a referência saudosista ao passado. (LUCCAS, 1998, p. 43).

Durante o Estado Novo, época em que vigorava o governo de Getúlio Vargas, os jogadores negros e pobres começam a ter espaço dentro dos times de futebol. Mas era preciso ter bons níveis de habilidade, de forma que contribuísse para o status da equipe. A ideia de promover a Copa do Mundo em 1950 e a consequente construção dos estádios de futebol ajudou na abertura das portas dos times para a inclusão dos negros na elite no futebol.

A Copa do mundo de futebol de 1950 foi um momento marcante com a derrota na partida final de 2 a 1 para o Uruguai, dentro do Maracanã, porque “a responsabilização pelo fracasso recaiu sobre as costas de três atletas negros: Barbosa, Juvenal e Bigode“, como se o negro carregasse em si o estigma do fracasso (SKOLAUDE, 2015, p.15).

Este evento serviu como legitimação teórica das teorias raciais, isto é, o estigma do atleta negro enquanto fadado ao fracasso, como foi o caso de Barbosa, goleiro negro que defendeu a seleção brasileira naquele mundial. Desde então, constituiu-se no imaginário popular a concepção de que goleiros negros não eram competentes o suficiente para defenderem a seleção brasileira; ou seja, esses arqueiros passaram a ser preteridos em relação aos goleiros brancos. Além disso, legitimou-se a concepção de que negros não possuíam estrutura emocional suficiente para embates de grande envergadura. (SKOLAUDE, 2015, p.15).

O futebol ainda é carregado de ambiguidade, uma vez que o mesmo é visto como fator que une a sociedade, mas, ao tempo, foi construído promovendo desigualdade e exclusão. Ao longo de todo o século XX, o racismo se faz presente de forma assustadora nas arquibancadas em manifestações de torcidas organizadas com ofensas raciais dirigidas contra juízes e atletas negros, e continua grave a situação em nosso século, mesmo com todas as lutas do movimento negro brasileiro. Torcedores e atletas têm se acostumado a ver cenas como a do zagueiro Antônio Carlos, do Esporte Clube Juventude em 2006 que foi suspenso após esfregar o braço em gesto de insulto contra o jogador negro Jevânio. Em agosto do ano de 2017 no jogo Flamengo x Botafogo um torcedor foi preso depois que a família do jogador flamenguista, Vinicius Junior sofreu insultos racistas durante o jogo. Entretanto costuma acontecer também quando os atletas que se revoltam contra o racismo e reclamam dos árbitros, receberem punições em cartões e muitas vezes são vistos como pessoas difíceis, encrenqueiras, problemáticas e etc. Em 2014, o jogador Tinga, sofreu preconceito racial no Peru. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) desenvolveu a campanha “Somos todos iguais”, estendendo faixas durante os jogos buscando abolir as práticas racistas dos estádios (PEREIRA; BEHREND, 2019).

De acordo com a matéria de Breiller Pires (2020), há um evidente privilégio dos brancos em posições de liderança, reflexo de um país onde só 5% dos cargos executivos em gran-

des empresas são ocupados por negros. Ele nos lembra que poderíamos nos inspirar para mudar essa realidade adotando a Regra Rooney, já em vigor na NFL (liga de futebol americano dos Estados Unidos) que a partir de 2003 obriga franquias a entrevistar representantes de minorias étnicas para os cargos de técnico e gerente esportivo. Na matéria de Breiller Pires (2020) ele relata que em um período de 15 anos antes da implementação da regra, técnicos negros tinham percentual maior de vitórias que os brancos, mas, ainda assim, eram mais propensos à demissão. Só 4% dos treinadores eram negros. Já em 2006, três anos depois do início de vigência do regulamento, o número de jogos comandados por negros subiu quase 20% e atingiu seu ápice em 2011, quando 27% das partidas tiveram pelo menos um negro no comando.

O tema de cotas é complexo, mas, em algum momento, precisa ser discutido por clubes e federações de futebol no Brasil. Na última edição da Série A do Campeonato Brasileiro em 2019, apenas três técnicos negros comandaram equipes, sendo que dois deles (Marcão e Dyego Coelho) trabalharam como interinos. Somente Roger Machado, do Bahia, continua no comando este ano de 2020. Coelho deu lugar a Tiago Nunes no Corinthians. Apesar do melhor aproveitamento entre os três treinadores do Fluminense na temporada, Marcão não foi cogitado para permanecer e retornou à condição de auxiliar, substituído por Odair Hellmann.

Nas universidades, a discriminação institucionalizada começou a mudar a partir da política de cotas raciais, garantida pela lei 12.711 de 2012. Mas quando pela primeira vez, o número de matrículas de negros em faculdades públicas superou o de brancos, aproximando-se do percentual a que esses grupos correspondem na população brasileira, estamos vendo o desmonte da universidade pública brasileira asfixiada como todas as políticas públicas desde a EC 95 que limita o teto de gastos que visa um ajuste fiscal do Estado brasileiro. Então a pergunta que fica é: como reproduzir uma política de cotas no futebol, regido por um organismo privado de clubes e federações? Essa é uma entre tantas lutas por cidadania no Brasil e no mundo.

Como pudemos acompanhar pela pesquisa, “a história do futebol é permeada pelas mesmas desigualdades, exclusões sociais e políticas diversas que caracterizam a sociedade brasileira nestes últimos cem anos” (LUCCAS,1998, p.42). As psicólogas (os) devem conhecer sobre as políticas de identidade e as teorias que tratam da formação das identidades e por esse motivo, abordaremos a temática no próximo item.

## IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A construção social, cultural e política, faz com que o indivíduo desenvolva uma identificação com grupo racial ou étnico. Está ligado, diretamente com as experiências de vida, educação e socialização no meio onde o sujeito está inserido, “e também com a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura” (Oliveira 2004, p. 57). Ciampa (1987) citado por Pinto e Ferreira (2014, p 261) tem a visão de que a identidade está em constante mudança, sendo produto da relação entre história pessoal, contexto sócio histórico e objetivos do sujeito.

O CFP (2017, p.60) afirma que o negro, que está inserido em um grupo racial de negros tem a possibilidade de construir sua identidade individual e coletiva de forma benéfica para sua saúde mental, porque estando em um coletivo terá forças para lutar com orgulho para que sua identidade seja respeitada. Essa emancipação só acontece devido aos laços afetivos que são desenvolvidos no grupo. Essa situação evita que a pessoa viva o “dilaceramento psíquico” que tem um caráter desestabilizador para o sujeito. Ao construir uma identidade racial coletiva e pessoal, o negro tem um recurso que potencializa a estruturação da sua autoestima e autoconfiança. (CFP,2017)

Segundo a concepção de Melo (2015, p.3) “o indivíduo é construído nas interações sociais, espaços de socialização, que influenciam formas de agir, ser, viver e pensar o mundo, construir, produzir símbolos, lutar, resistir.” O indivíduo possui uma construção histórica e tem uma significância na construção da sua identidade.

Silva (2000, p.74) afirma que se “é simplesmente o que é”, nesta perspectiva, quando alguém afirma “sou negro”, se afirmar com uma identidade, ele nega as outras possíveis identidades não pertencentes a ele. Por exemplo, ao se afirmar negro automaticamente nega ser branco, pardo, amarelo e assim por diante.

Melo (2015, p.4) destaca que “além de se constituírem de forma dependente, identidade e diferença são criações linguísticas que se manifestam no senso comum a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características comuns ou mesmo da crença em um mesmo ideal, valor ou traço”. Sendo uma produção discursiva, as identidades englobam relações de poder, resultado hierarquias, disputas e imposição, procurando afirmar recursos simbólicos da sociedade.

De acordo com Melo (2015), no que diz respeito a identidade negra, desde que o Brasil começou a se formar como sociedade percebe-se que o indivíduo negro se afasta de si.

Como Melo (2015, p.5), afirma, existe “um desejo de ser branco”, além de existir uma interiorização de estigmas e de diversos sentimentos, tais como vergonha, humilhação, sensação de inferioridade.

A maioria da população brasileira, negra e branca, introjetou o ideal do branqueamento. Esse ideal, inconscientemente, interfere no processo de construção da identidade da pessoa negra, pois o sentimento de solidariedade e pertencimento de grupo entre a população negra acaba por se enfraquecer. (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 262).

Pelo que pudemos entender, o branqueamento é uma categoria analítica que vem sendo usada com dois sentidos. Uma hora ele é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu *ethos* de matriz africana. Em outra hora é definido como o processo de "clareamento" da população brasileira, registrado pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX. Quanto ele é concebido em seus aspectos ideológicos a ideia do branqueamento tem impacto diretamente na formação da autoestima do negro. O sujeito negro interioriza todo preconceito dirigido a ele ou a cor, desenvolvendo condutas de identificação com os valores da cultura que predomina que é a do branco. (MUNANGA apud PINTO; FERREIRA, 2014, p.262).

O preconceito racial, em qualquer parte do contexto social, reafirma o lugar metafórico do negro na sociedade, criando uma negação e inferioridade do negro. Sendo assim, os estigmas, situações de racismo e discriminação que acontecem no dia a dia podem influenciar, negativamente na produção do autoconhecimento do negro, uma vez reconhecida que tudo isso são definições que não condizem com a realidade. Melucci (2004), citado por Melo (2015, p.4), fala a respeito “da identidade como dependente do retorno de informações vindas dos outros”. Sendo assim, o negro, tendo lugar de inferioridade numa sociedade racista, terá de um outro uma visão contaminada pelo preconceito.

Em relação ao que acontece no esporte, o depoimento que Márcio Chagas, ex-arbitro de futebol, deu em uma entrevista para UOL Esporte 2019, mostra o quanto ele sofreu, quando ainda estava na ativa e depois enquanto jornalista. Ele sofreu uma ofensa racista quando apitava uma partida de futebol e decidiu entrar com um processo no Superior Tribunal de Justiça Desportivo. Porém foi desencorajado por jornalistas, alguns de seus conhecidos e até pela própria Federação Esportiva do Rio Grande do Sul. Ele disse:

Ao longo do processo, me senti desamparado e desvalorizado pela federação. Eu tinha 37 anos e era aspirante à Fifa, imaginava que ainda podia ter uma carreira internacional. Mas, por causa desse episódio, fiquei tão de saco cheio que resolvi largar o

apito. Apitei a final do campeonato e parei. Até hoje não posso pisar na federação (Gaúcha). A federação nunca mais teve um árbitro negro. (UOL ESPORTE, 2019).

Depois de abandonar a carreira por causa de racismo ele confessa que não recebeu apoio de ninguém do meio, evidenciando assim o descaso das instituições máximas do futebol como as confederações. O racismo dentro do futebol vem sendo naturalizado, justamente pela falta de políticas eficientes contra o preconceito racial dentro do futebol. Márcio Chagas em uma conversa com o atacante Adriano Chuva escutou que foi por ter sofrido racismo que ele abandonou o futebol. Chagas publicou a conversa no site da UOL Esporte em que Adriano lhe disse:

Você tem que ver o que eles fazem com a gente no centro da cidade. Ele dizia que os negros do time preferiam jogar fora de casa para não ser chamados de macaco em seu próprio estádio. No futebol, existe uma tendência ao silenciamento quando o assunto é racismo. Muito jogador negro que passa por isso prefere ignorar os ataques temendo ter problemas na carreira se abrir a boca. Outro dia um jogador saiu de campo na Bolívia. Todos deviam fazer o mesmo, principalmente os medalhões. (UOL ESPORTE, 2019)

Esses são exemplos de como as relações raciais/sociais da sociedade capitalista, se caracterizam como processos sociais de “assujeitamento” dos indivíduos racistas e das vítimas dessa ideologia, em que ambos têm suas consciências, comportamentos e discursos produzidos e reproduzidos socialmente, a partir do racismo. As relações estruturais entre racismo e capitalismo se efetivam politicamente no Estado através de suas leis, políticas e das instituições que o mantêm. (ALMEIDA, 2015, p.755)

## **EM DEFESA DE UMA PSICOLOGIA DO ESPORTE ANTIRACISTA, ORIENTADA PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)**

A discussão a respeito das relações étnico-raciais, racismo e políticas públicas deve estar na base da formação do psicólogo e demais profissionais da área da saúde em geral, desde sua graduação. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.218). Essa é uma temática de extrema importância em prol da igualdade racial. “As lutas e vitórias do movimento negro, protagonizam a luta comum por igualdade de outros grupos étnicos, culturais e sociais desprezados historicamente” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.219).

Provavelmente o mito da democracia racial, fez com que a psicologia clínica brasileira pensasse um sujeito universal, desconsiderando a questão do racismo, “pois, em geral, psicó-

logos brasileiros mal se dão conta de como abordar a ironia hipócrita da sociedade brasileira que funda e organiza configurações emocionais” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.222).. De acordo com o autor, a categoria deveria se preocupar “com o desenvolvimento de práticas e ações que se comprometam a alterar os currículos de formação do psicólogo cuja base filosófica, social e política é extremamente precária”. Isso porque:

O sofrimento inerente a todas as formas de desigualdades produz emocionalidades específicas, modos de subjetivação que influenciam processos de construção de identidades sociais e coletivas. Tais configurações subjetivas e individuais decorrem em políticas ideológicas, princípios políticos normativos, formas de organização social que representam os modos subjetivados de compreender e interpretar o mundo, as organizações e si mesmo. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p. 218).

O CFP lançou em 2017 uma cartilha com referências técnicas para orientar a categoria a respeito de como a Psicologia poderia contribuir para entender e erradicar o racismo. A cartilha define três formas de o racismo impactar a subjetividade do negro, dependendo da maneira como o sujeito lida com a discriminação. São elas: 1) Crescimento e questionamento; 2) utilização de mecanismos psíquicos defensivos contra o racismo e; 3) dilaceramento psíquico.

A primeira forma é quando a pessoa tem condições de perceber como o racismo a impactou e transforma essa percepção em maneiras sociais e psicológicas para combatê-lo. Ela poderá alcançar um crescimento, potencializando aquilo que sofreu e se engajando na luta contra o racismo, seja por meios políticos, laços familiares e círculo de amigos. (CFP, 2017, p. 58). O ex arbitro Marcio Chagas é um exemplo disso quando diz:

Eu posso até me prejudicar no trabalho, mas resolvi comprar a briga porque nos fóruns que reúnem negros, costumamos dizer que os racistas podem nos fazer duas coisas: ou eles nos matam ou eles nos adoecem. Eu me recuso a morrer ou adoecer. Prefiro lutar. Quando esses ataques acontecem, minha mulher, que é negra, me dá a força que ela consegue. Ela sabe muito bem o que é isso. Meus filhos ainda não sabem. Eu fortaleci a consciência da minha negritude principalmente pelo rap, ouvindo aquela música, analisando aquela letra e me identificando com aquela situação retratada. (UOL ESPORTE, 2019).

Um segundo impacto para a subjetividade é a utilização de mecanismos psíquicos inconscientes para se defender do racismo. Neste caso a tendência é que a vítima negue que a atitude do outro foi preconceituosa, para não lidar com os sentimentos de discriminação. (CFP, 2017).

E por último, o dilaceramento psíquico, que tem um caráter mais desestabilizador no sujeito, ou seja, “aqueles em que o efeito do racismo é vivido como catastrófico, precisam de

uma gama variada de apoio para se refazer do trauma vivido” (CFP 2017, p.59). O sujeito pode recorrer a terapia individual, coletiva, buscar políticas públicas que o auxiliem no processo de reconstrução psíquica. No que diz respeito a utilização do mecanismo psíquicos defensivos e dilaceramento psíquico, Gonçalves Filho (1998), citado por CFP (2017, p.59), afirma que:

Em função do jugo racista, como defesa a esse jugo, o sujeito pode tentar afastar-se de situações que possam aproximá-lo de sua negritude, seja do contato com outros negros(as), seja dos sinais corpóreos que indicam sua condição racial-fenotípica. Esse processo é uma defesa contra a humilhação política racista historicamente vivida, isso é, contra uma angústia que é de origem política e é persistente, é recente e vivida ali por ele, naquele momento, tanto quanto é longínqua, foi vivida por ele antes e por seus antecedentes e os antecedentes de seus antecessores (GONÇALVES FILHO citado por CFP 2017, p. 59).

A cura da consequência de um ato racista necessita de intervenção tanto para quem comete quanto para quem sofre. É preciso criar meios em que o negro(a) possa se reforçar psíquica e politicamente, e conscientizar os brancos do seu papel nesta construção étnico racial. De acordo com a cartilha do CFP (2017, p.60) é preciso que os brancos se conscientizem do “privilégio que possuem pois isso perpetua a violência entre os negros(as).”

A questão ético racial ficou por muito tempo invisível ao interesse da Psicologia, mesmo que tenhamos autoras negras que já produzissem a respeito como Aniela Ginzberg, e Virginia Bicudo, socióloga e primeira psicanalista brasileira não médica, que tratou do tema em sua dissertação de mestrado em 1945. Mas enquanto categoria o CFP só lançou uma cartilha com referências técnicas a categoria em 2017, embora desde 2010 um coletivo de psicólogos (as) já tinha formado uma rede de pesquisadores da questão racial em psicologia. Como a Psicologia é uma ciência que estuda a subjetividade humana, ela pode e deve “fornecer subsídios consistentes para explicar fenômenos como apatia social, vínculos, desenvolvimento psicossocial e os efeitos psíquicos do racismo nas relações humanas” (MADER, 2016, p. 15-16).

Em relação ao Esporte temos um marco da Psicologia no Brasil que é a instituição das especialidades no Brasil com a resolução 014/00. Mesmo depois da Psicologia do Esporte (PE) ter se tornado uma especialidade da Psicologia, indo para além de sempre ter sido uma das ciências do esporte, temos de acordo com os estudos de Myotin (2018) ínfima produção de conhecimento sobre o que acontece no esporte por parte das faculdades de Psicologia. O estudo de Myotin (2018) mostrou que as Faculdades de educação são hegemônicas na produção de conhecimento na PE, dando preferência aos estudos sobre aspectos relativos a melhoria da performance no esporte de alto rendimento. Daí que o racismo no esporte ainda não foi investigado como deveria pela PE também.

Concordamos com a cartilha do CFP (2017, p.214), quando alega que “em sociedades desfiguradas por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que as instituições se abstenham de discriminar, sendo necessária uma ação positiva comprometida com a promoção da igualdade”. A questão é da adoção de uma política afirmativa que englobe a inclusão e ascensão da igualdade. Necessita de uma atenção e ação constante das instituições contra as atitudes que se dizem neutras ou sem intenção de discriminar. Assim é possível enfrentar e combater o preconceito que vem se velando cada dia mais.

A ação afirmativa, portanto, distingue-se por um comportamento atuante das instituições, favorecendo a criação de condições que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade e de tratamento, eliminando qualquer fonte de discriminação, direta ou indireta, criando cotas raciais na contratação de funcionários, é o que acontece hoje em dia quando há concursos públicos em que há reserva de vagas para a população negra. Apesar do número de ações afirmativas efetivamente relacionadas à política pública ou privada ser pequeno, a incorporação dela é facilmente percebida, assim como seu efeito. (CFP, 2017, p.114).

Vimos no item anterior o efeito da Regra Rooney (2003), uma política da Liga Nacional de Futebol Americano que exige que as equipes da liga entrevistem candidatos de minorias étnicas para cargos de diretoria, como treinadores e outros executivos e como ela foi capaz de mudar a participação de negros nesses cargos e essa ainda é uma luta a ser travada aqui no Brasil. Essa é a luta sindical da liga antirracista de jogadores da NBA, a liga mais engajada dos Estados Unidos, que também exigem mais negros em cargos técnicos. (IZIDRO, 2020)

As (os) profissionais da psicologia podem pensar e colocadas em prática ações afirmativas a partir do diagnóstico institucional, para que se tenha um ambiente de respeito para com o(a) negro(a). “É importante que as(os) profissionais façam a reflexão sobre si próprios, como sujeitos constituídos em uma sociedade cujo imaginário social demarca a(o) negra(o) em um lugar inferior, oprimido e menos valorizado, ocupando subempregos ou restritos a arte e esporte. (CFP, 2017, p.115).

Segundo Oliveira e Nascimento a cartilha do CFP ainda não é capaz de ampliar o olhar da psicologia clínica em relação ao sofrimento derivado do preconceito racial, porque no que tange aos aspectos epistemológicos das construções da psicologia para a dimensão emocional, individual (singular) e subjetiva – no caso, a psicologia clínica - não há bases teóricas que possam referendar a escuta clínica “do sofrimento psíquico decorrente da violência traumática de uma sociedade racista e racializada em todos os seus âmbitos. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.226).

O psicólogo e profissional de saúde mental precisa compreender que a noção de aparelho psíquico se funda a partir das premissas sociais e inscrição do sujeito no contexto social e coletivo. Banhado pela cultura e pela etnicidade, que também inclui a racialidade, o racismo, e toda gama de dificuldades sociais emocionais. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p.226).

Em nossa opinião a Psicologia do Esporte tem um grande desafio pela frente, já que é necessário também “inventar” uma clínica psicológica capaz de acolher e escutar o sofrimento psíquico advindo do racismo e das perversões de nosso sistema capitalista que se auto reproduz através do funcionamento das instituições. Por isso a clínica precisa se ampliar para intervir no próprio funcionamento da instituição na qual se trabalha criando uma cultura de respeito fortalecendo a luta antirracista.

Reconhecemos que a história da PE enquanto uma especialidade da Psicologia, merece tratamento teórico mais pormenorizado e sabemos que em relação ao racismo, esse é um trabalho a se empreender. Deixaremos marcado nosso compromisso para aborda-lo em outro trabalho.

## CONCLUSÃO

O sujeito negro, enfrenta, ao longo da história a dificuldade para garantir seus direitos, a construção e afirmação de suas subjetividades sem uma conotação pejorativa. Há diversos fatores que levam a tal dificuldade, mas estão ligadas a construção histórica do Brasil, como economia capitalista dependente da Europa, que já dependia da escravidão para se impor. Portanto o racismo é um elemento estrutural e estruturante da sociedade e do Estado brasileiro, que se estruturou para reproduzir às relações de dominação, bem como a forma de organização da sociabilidade regida pelo capital. De acordo com Almeida (2015), uma sociabilidade racista, nociva para negros e negras, que são atacados por todos os lados por um projeto político genocida, orquestrado pela classe dominante do Brasil. Mas o que se ouve no Brasil das autoridades e se lê em uma dada literatura é que aqui não temos racismo, isso é invenção da esquerda. No país dessas pessoas vivemos uma democracia racial, onde todos têm direitos iguais. (MELO 2015, p.4)

Por isso a formação curricular do aluno de psicologia precisa apresentar as bases epistemológicas que apresente contexto sócio histórico, escravidão, política da colonização e povos africanos, o genocídio de negros e indígenas, para fazer frente a essa narrativa oficial.

Toda essa história deixou marcas que estruturam a base do pensamento – psiquismo – de negros e brancos e isso precisa ser de conhecimento dos profissionais da Psicologia.

Assim como em todo lugar no esporte existem pessoas que negam o racismo, mas muitos jogadores negros mesmo depois de construírem uma carreira de expressão no esporte sofrem com o preconceito, vindo de cânticos de torcida ou ações de instituições e de outros jogadores. Embora “Nenhuma empresa brasileira declara por escrito: “não aceitamos negras(os) para o cargo de chefia”, (CFP, 2017, p.111), dentro dos clubes brasileiros e federações, é baixo o número de negros como técnicos, diretores, presidentes de clubes, árbitros e demais profissões dentro deste esporte. O resultado disso é a quase invisibilidade do negro nos lugares de comando no futebol. Pôde-se assim concluir que a construção do futebol no Brasil foi e é marcada pelo preconceito racial. É evidente que a discriminação traz consequências à construção da identidade do negro, uma vez que não ainda nos dias de hoje é visto como inferior em determinados contextos sociais. No Brasil ainda se perpetua a ideia de branqueamento, o que leva muitos sujeitos a construir uma identidade baseada no sujeito branco.

Segundo o CFP (2017, p.113) um plano de intervenção dentro da instituição para o combate do preconceito racial necessita “refletir nos códigos de conduta, na missão da instituição, nos princípios; enfim, na maneira como a instituição se posiciona, interna e externamente”. No contexto do futebol as notas de repúdio, punições vindas dos clubes ou instituições máximas que coordenam o futebol são exemplos dessas medidas.

Durante a pesquisa bibliográfica não foram encontrados estudos dentro da especialidade Psicologia do Esporte a respeito do impacto do racismo na subjetividade do jogador negro ou qualquer outro trabalhador do esporte e nem sobre as formas de combate do preconceito no âmbito esportivo. Na mídia é possível achar reportagens e matérias a respeito disto, conforme citado na introdução do trabalho. Acreditamos que, se utilizado como fatos para argumentar durante a produção do trabalho, poderia fragilizar o estudo.

Como último ponto, a cartilha do CFP afirma que para que uma intervenção aconteça de forma efetiva é preciso identificar ações feitas pelas instituições que podem ter causado desigualdade racial. “Para tanto, é crucial, por exemplo, que o quesito cor esteja presente nos formulários, fichas cadastrais das(os) usuárias(os), de modo a poder visualizar o perfil da população atendida, bem como a forma com que as ações alcançam os diferentes grupos raciais.” (CFP, 2017, p.116). Sendo assim, é importante entender até onde serviços como promoção de saúde, educação, saneamento alcança as populações de diferentes etnias. Para que desta forma o profissional entenda melhor os problemas e pontos críticos para executar seu trabalho.

Independentemente de como começará o trabalho do psicólogo atuante na instituição, seja pelo levantamento do quesito raça/cor, diagnóstico da discriminação ou pela reflexão dos profissionais e gestores a respeito da discriminação racial, concordamos com o CFP (2017, p.117) que “o fato é que todos esses passos precisam ser contemplados para que o resultado seja a criação de serviços públicos e privados como ações afirmativas e, como tal, que sejam equânimes em sua composição”.

É preciso que todos na instituição (seja pública ou privada), independentes de sua hierarquia estejam aptos a debater sobre o racismo a fim de combatê-lo. Com as orientações da cartilha do conselho de 2017 é possível pensar a atuação e colaboração do psicólogo em não somente conscientizar e combater o racismo, mas também de uma atuação que possa entender o sofrimento que o preconceito causa no jogador de futebol negro. Ainda que seja uma área em que alguns negros possuem uma grande visibilidade, salários altos e grande influência, ainda assim, o preconceito racial acontece com eles do mesmo jeito.

Sabemos que a história é efeito de um processo dialético, fruto da disputa política entre as classes sociais e os grupos e indivíduos que as compõe. Por isso que em 2006 o camaronês Samuel Eto'o, então atacante do Barcelona, ameaçou deixar o gramado em um jogo do Campeonato Espanhol, quando sons imitando macacos foram feitos pela torcida do Zaragoza, mas não o fez e também não viu nenhuma atitude ser tomada pelas entidades que regulam o futebol. Agora em 10/12/2020 na competição de clubes mais badalada do mundo, a neutralidade da UEFA e a FIFA com relação ao racismo foi posta em cheque na partida entre Paris Saint-Germain (PSG) e Basaksehir. O corajoso Demba Ba, um jogador senegalês, se rebelou contra o tratamento dado pelo quarto árbitro, o romeno Sebastien Coltescu, quando ele se referiu ao ex-jogador camaronês Pierre Webó, integrante da comissão técnica, como “aquele negro” e liderou a saída de campo de sua equipe. Acabou contando com o apoio integral da comissão técnica e dos jogadores do PSG, incluindo a de Neymar e Mbappé, ambos também negros. Quando a Uefa capitula e adia o jogo por um dia, com outra equipe de arbitragem, é porque os antagonismos e os conflitos de classe estão em ação.

Outro exemplo de idas e vindas na conquista sempre histórica de direitos no esporte é o da Regra Rooney (2003). Embora nem tenhamos algo parecido por aqui no Brasil, Breiller Pires (2020) nos conta que atualmente a proporção de contratação de treinadores negros na NFL caiu 12,5% nos últimos anos. Ele descobriu a razão para isso escutando de alguns técnicos que as franquias transformaram as entrevistas com candidatos minoritários em mera formalidade, apenas para atender à regra, prova de quando os direitos são sempre disputados no sistema capitalista.

Então não podemos perder de vista que a estrutura do racismo é posta em ação no sistema capitalista a todo instante como diz Almeida (2015) quando nos diz o quanto o Estado favorece com suas leis a continuidade da exploração da classe trabalhadora e a própria organização política da sociedade e das instituições que o mantém. O Estado visa dar continuidade ao projeto de sociabilidade capitalista, absorvendo suas contradições e suas mais cruéis características, “seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação”. (ALMEIDA, 2015, p.751)

Portanto, nós que sabemos por que vivemos tempos de retração de direitos, já que entendemos as crises do sistema capitalista como parte de seu funcionamento, precisamos estar permanentemente em vigília, para evitar que as conquistas relacionadas ao combate contra o racismo, em favor das mulheres, público LGBTQI+, povos originários, pessoas com deficiência, ou seja, todas as minorias em direitos, sofram ainda mais retrocessos.

Por isso, para além das propostas para a Psicologia do Esporte temos que encarar que a luta é de toda a classe trabalhadora e por isso precisamos nos unir a partir dessa consciência para traçar novas estratégias de enfrentamento às explorações do modo de produção características do capitalismo. Psicólogas e psicólogos deveriam estar cientes de que a luta deve ser principalmente anticapitalista e então será por consequência antirracista, antissexista e contra qualquer forma de opressão e dominação.

## REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Brasil**. Brasília. Fundação Cultura dos Palmares, 2006.

BLOG DA BOITEMPO. **Sílvio Almeida: Estado racista e crise do capitalismo - Outras Palavras**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências Técnicas para atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas de Esporte**. Brasília: Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), v. 1, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/revista-dialogos-n-09/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CFP. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, 2017.

CHICO IZIDRO. **Atletas mostram engajamento na causa antirracista**. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/esportes/atletas-mostram-engajamento-na-causa-antirracista-1.476545>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CHICO IZIDRO. **Atletas mostram engajamento na causa antirracista**. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/esportes/atletas-mostram-engajamento-na-causa-antirracista-1.476545>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CONTRIBUIDORES DOS PROJETOS DA WIKIMEDIA. **Regra Rooney**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Regra\\_Rooney](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regra_Rooney)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

**Jogadores da NBA exigem mais negros em cargos técnicos: “Aumentar a conscientização não é suficiente.”** Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/jogadores-da-nba-exigem-mais-negros-em-cargos-tecnicos-aumentar-a-conscientizacao-nao-e-suficiente/>>. Acesso em: 15 dez. 2020

KASHIURA, Junior; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso. (Orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015. p. 747-767.

LUCCAS, A. **Futebol e torcidas: um estudo psicanalítico sobre o vínculo social**. 1998. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MÄDER, B. **Psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo**. Curitiba: Crp. 2016.76 p.

MAXIMO, J. Memórias do futebol brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1999.p. 179-188, Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141999000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141999000300009&lng=en&nrm=iso)>.accesson 06 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000300009>.

MELO.D. J.L. **A produção social da identidade étnico-racial e o “lugar” do Negro no Brasil: Entre construções e desconstruções**. Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) 2015. Apresentação de trabalho/comunicação.

MYOTIN, Emmi. **Psicologia do Esporte: produção científica em Pós-graduação em Educação Física e Psicologia de Minas Gerais (1980-2012)**, 2018, 133p. Dissertação de mestrado, orientada pelo Professor Doutor Sergio Dias Cirino da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, Apr. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 18 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006>.

OLIVEIRA, R.; NASCIMENTO, M. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, Fevereiro, 2018, p. 216-240. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/582>>. Acesso em: 16 set. 2018.

PEREIRA; BEHREND. **OAB/RS lança no Gre-Nal a campanha “Cartão Vermelho para o Racismo. Ninguém ganha quando existe preconceito”**. Disponível em:

<<https://www.oabrs.org.br/noticias/oabrs-lanca-no-grenal-campanha-ldquocartao-vermelho-para-racismo-ninguem-ganha-quando-existe-preconc/30466>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PINTO, M.; FERREIRA, R. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del--rei, v. 2, n. 9, Junho, 2014. p.257-266.

PIRES, B. **No futebol, a face mais explícita do racismo que “faz parte do jogo”**. **Novembro, 2017**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/16/deportes/1510857476\\_990270.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/16/deportes/1510857476_990270.html)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PIRES, Breiller. **Cotas raciais, um caminho para melhorar o futebol - Geledés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/cotas-raciais-um-caminho-para-melhorar-o-futebol/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

REVISTA DIÁLOGOS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 9, 14. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/revista-dialogos-n-09/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVA, T. **A produção social da identidade e da diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102. Disponível em <[http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a\\_producao\\_social\\_da.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm)>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

SKOLAUDE, Mateus Silva. Raça e racismo na história do futebol brasileiro. In: SILVA, Mozart Linhares da. **21 textos para discutir preconceito em sala de aula**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2015. p. 112-117.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UOL ESPORTE. **A liga antirracista: Luta sindical iniciada pelos primeiros jogadores negros transformou a NBA na liga mais engajada dos EUA**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/nba-se-tornou-liga-mais-engajada-gracas-a-luta-sindical-de-jogadores-negros/#cover>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

UOL ESPORTE. **Matar negro é adubar a terra: Comentarista de arbitragem da Globo denuncia agressões racistas que ouviu no campo e na cabine**. **Uol Esportes. Abril, 2019**. Porto Alegre. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/reportagens-especiais/marcio-chagas-denuncia-racismo/index.htm#matar-negro-e-adubar-a-terra>>. Acesso em: 04 ago. 2019.